AMAZÔNIA: A CONDIÇÃO COLONIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO MONOPÓLIO DA TERRA, POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS

Rogério Almeida

RESUMO

Um vazio demográfico tributário de uma estonteante reserva de estoque de riquezas para atender às demandas e interesses externos são alguns aspectos que têm consagrado a condição colonial da Amazônia no xadrez da geopolítica. Esta é a questão central do artigo, a permanência da condição colonial da região, marcada pela concentração da terra, Estado autoritário, desenvolvimentismo, racismo e violências.

Palavras-chave: Amazônia, Desenvolvimento, Estado, Violência

AMAZON: THE COLONIAL CONDITION AND ITS IMPLICATIONS ON LAND MONOPOLY, DEVELOPMENT POLICIES AND CONFLICTS

ABSTRACT

A demographic void that stems from a dazzling stock of wealth to meet external demands and interests are some aspects that have enshrined the colonial condition of the Amazon in the geopolitical chess. This is the central question of the article, the permanence of the colonial condition of the region, marked by land concentration, authoritarian state, developmentalism, racism and violence.

Keywords: Amazon, Development, State, Violence

Introdução

A cerca que cerca o boi
é a mesma que cerca o homem.
De um lado tem o pasto
que o outro não consome.
Quanto mais aumenta a cerca
muito mais aumenta a fome.
César Teixeira

Uma região marcada por um estonteante estoque de riquezas, tem sido este o papel da Amazônia na conjuntura geopolítica ao longo da História, o que tem conferido a ela uma reles cova rasa neste vasto latifúndio, parafraseando João Cabral de Melo Neto. Neste espectro de representações nas arenas de poder tanto externo, quanto interno, o imposto ao Brasil, e, em particular à região amazônica, tem sido cumprir um papel de exportador de produtos primários.

A comoditização econômica, como se convencionou denominar, tem se aprofundado nas últimas décadas, conforme sinalizam os indicadores que alertam para a reprimarização da economia em concomitante refluxo da industrialização. Neste

cenário da colonização (subalternização) e colonialidade, a Amazônia cumpre duplo papel: atender tanto às demandas dos estados da economia central do País, quanto às demandas do mercado externo. Situação que se agrava com o afunilamento das desigualdades entre o Norte e o Sul, e o triunfo do capitalismo (financeiro) desprovido de fronteiras, que aos olhos de Harvey (2004) promove a despossessão. Uma atualização da acumulação primitiva em Marx.

Autores como Octavio Ianni (1995), François Chesnais (1996) e Milton Santos (2000) alertam que com o triunfo do modo de produção capitalista em escala planetária, localizado historicamente no fim do século passado, ao reconfigurar o tabuleiro do poder em escala mundial, conferiu centralidade às grandes corporações e às agências multilaterais, num ambiente marcado por profundas transformações dos campos da tecnologia e da informação.

Ainda segundo os autores acima, as transformações na economia, na política, na ciência e nas tecnologias redundaram na supressão das fronteiras do espaço-tempo, remodelaram categorias antes cristalizadas, fizeram emergir uma nova divisão internacional do trabalho, o que aprofundou ainda mais as desigualdades entre Norte-Sul (tecnologia X natureza), descortinando um novo mapa geopolítico, bem como consagrando o capital financeiro especulativo. Experimenta-se um período marcado pela hiperconectividade, a profusão da informação em fluxo contínuo em um mundo do instantâneo articulado em infovias. Setores estratégicos controlados por global players.

Na presente conjuntura a China emerge como um novo sujeito na arena mundial, a rivalizar a hegemonia planetária com os Estados Unidos. Temos neste cenário, uma nova configuração da geopolítica, onde o papel do Estado experimenta uma redefinição, sendo conferido a ele a função de desregulamentalização, liberalização, flexibilização normativas e privatizações, tendo como horizonte agilizar o fluxo de capitais e mercadorias.

Neste ambiente marcado por abissais remodelagens em inúmeros campos, é a China o principal consumidor do minério de ferro da Serra de Carajás. Minério oriundo do sudeste paraense, pilhado desde os anos de 1980. O mesmo país é o principal interessado na edificação da Ferrogrão, a ferrovia que ambiciona ligar o polo produtor

de grãos do Brasil Central aos portos do Baixo Amazonas paraense (oeste do estado), no Distrito de Miritituba, na cidade de Itaituba. Histórico município de garimpo de ouro. A via férrea é uma das obras de infraestrutura/logística planejada para viabilizar o corredor de exportação/saque/pilhagem, denominado de Arco Norte[1].

Na escala macro, o horizonte reside em consolidar o Baixo Amazonas em um corredor de exportação de *commodities*, onde para além de portos, ambiciona-se a efetivação de transporte multimodal (rodovia, hidrovia e ferrovia), e inúmeros projetos hidroelétricos.

Os referidos projetos implicam de forma direta na reprodução econômica, política, social e cultural de toda diversidade social da região. Estas configurações nas estruturas do poder central, bem como dos mercados hegemônicos, tendem a dinamizar as tensões com relação às disputas territoriais nas escalas local, regional, amazônica, nacionais e Panamazônica. Para além da terra estão em jogo as riquezas (terra, subsolo, floresta, água, banco de germoplasma), o conhecimento ancestral, o direito de circulação e acesso à terra, aos rios, às riquezas da região pelas populações nativas. É a cerca é o primeiro elemento que emerge quando da instalação de grandes projetos.

O conjunto de obras de infraestrutura projetado para a região do Baixo Amazonas representa uma ameaça à segurança alimentar, fonte de renda, lazer e espaço de cosmologia, encantados e lendas da sociodiversidade, marcada pela presença de vários povos indígenas, quilombolas, camponeses, dentre outras modalidades. Tem-se assim um extenso quadro de situações de conflitos em diferentes campos, socioterritoriais e simbólicos com relação à construção de sentidos sobre a região e perspectivas de desenvolvimento.

[1] O estudo sobre o Arco Norte é o sexto volume da série Estudos Estratégicos, sob a responsabilidade do Cedes (Centro de Estudos e Debates Estratégicos). O estudo calçado em dados de consultorias internacionais sob os auspícios da Confederação Nacional de Transportes (CNT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) salienta a fragilidade da infraestrutura do país, considerada uma das piores do mundo, o que onera em demasia o escoamento da produção do agronegócio nacional, em particular, do Brasil Central. O documento teve como relatores os deputados federais pelo Pará, Lúcio Vale (PR/PA) e Remído Monai (PR/RR), como consultor técnico o atual governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. O PR, nos dias atuais, atende pela legenda PL. Disponível em https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30939

Neste sentido, as páginas iniciais a seguir intencionam realçar o constituinte étnico racial nas disputas pela terra, no sentido em problematizar a questão da expropriação nas arenas das disputas pela terra, para além dos debates circunscritos às classes sociais. Ianni (1978) e Fernandes (1989), entre outros autores, servem de baliza nesta direção. Enquanto na segunda parte investimos em analisar a condição de subalternização da Amazônia neste complexo emaranhado de poder, onde, a partir de reflexões de Bertha Becker (2005), Ariovaldo Umbelino (1995), Carlos Walter Porto Gonçalves (2001 e 2017), trataremos sobre as políticas desenvolvimentistas, bem como sobre a representação simbólica da região como vazio demográfico, o que tem servido de âncora legitimadora de ocupação de seus territórios por grandes empreendimentos.

Condição colonial

Na vastidão do país continental, em "terra nova", o Brasil, a empresa mercantil colonial destinou-se a explorar os recursos naturais com vistas a atender as demandas da Europa, alerta Caio Padro Junior (1963).

O sociólogo Ianni (1978), por sua vez, ao interpretar o período colonial ratifica que o capital internacional comercial comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo com vistas ao saque da prata, do ouro, do fumo, do açúcar, do algodão e outros produtos coloniais. Tal expediente foi desenvolvido com a anuência do Estado, sob o comando de governos, empresas estatais e privadas da metrópole.

Para o referido pesquisador, o processo se assentou em três pilares. Primeiro, evitar a inserção de outras metrópoles e manter a exclusividade no negócio; segundo, controlar a circulação do trabalho escravo, sob todas as formas, para garantir a produção colonial e assegurar a vigência do sistema político-social cujo fundamento era o trabalho escravizado; terceiro, garantir a continuidade e a regularidade da exportação de excedente econômico produzido na colônia, excedente esse essencial à reprodução e ampliação do capital mercantil metropolitano (Ianni, 1978, p. 11). Elemento impulsionador da industrialização do Velho Mundo.

O mercado de negros da África para o Novo Mundo alimentou os negócios de ingleses, holandeses, franceses, espanhóis, portugueses, dentre outros povos. Tais dinâmicas internacionais mobilizadas pelo capital mercantil entre as metrópoles, África

e o Novo Mundo, argumenta Ianni (1978), expandem a escravatura nas colônias e intensificam a acumulação primitiva. Um elemento permanente quando o debate é a Amazônia. Ianni interpreta que ao mesmo tempo em que o processo consolidou e expandiu formas de organização e técnicas do trabalho compulsório, dinamizou a acumulação de capital na Inglaterra, e, por consequência, impulsionou o capitalismo industrial.

Ainda conforme o autor em questão, entre os séculos XVI e XIX, os movimentos, as articulações e as rearticulações, internas e externas nas formações sociais e escravistas nas Américas e Antilhas são determinadas, em variáveis graus, pelas exigências da reprodução do capital europeu. No primeiro momento o capital internacional mercantil e, em segundo plano, o capital internacional industrial.

Ao tratar sobre o incremento do modo de produção capitalista no Velho Mundo e à dinamização da abolição da escravatura, Ianni chama atenção para o caráter contraditório e dialético do processo, onde acredita que a dinamização do "fim" do trabalho compulsório deu-se no âmbito do desenvolvimento do capitalismo inglês em expansão. Conforme o autor, "[...] No Brasil, a escravidão de africanos e seus descendentes parece ter-se generalizado muito mais do que nos Estados Unidos, tomados em conjunto" (1978, p. 22).

O contexto em debate conferiu ao Novo Mundo os contornos de sua condição colonial, onde Ianni (1978, p.17) avalia que:

> [...] Desde o princípio as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial. Nesse sentido é que as sociedades das Américas e Antilhas são formadas em estado de dependência, enquanto colônias. São como que geradas nos quadros do mercantilismo, da acumulação primitiva e do nascente capitalismo europeu.

Nesta quadradura histórica, Holanda (2003) considera que a colonização portuguesa fundou no Brasil, país tropical de dimensões continentais, profundas raízes rurais. Em contexto marcado pelo predomínio da monocultura (*plantation*) voltada para exportação, tendo como base o braço escravo, onde a apropriação do Estado pela classe dos proprietários rurais é fator fundamental para a garantia de sua reprodução econômica, política, social e cultural.

Sobre o modelo *plantation* ancorado no braço escravo, Moraes (2001) esclarece que resulta de experiências da Coroa Portuguesa nas ilhas de Madeira e Açores. A lógica da pilhagem, crava Martins (2013), fundou os pilares da propriedade territorial capitalista do país, além de difundir e consolidar o capitalismo nacional, marcado pela dependência, no uso de formas não capitalistas de produção no interior do modo de produção capitalista.

Nesta composição do agrário nacional, estruturado pela concentração e monopólio da terra, faz-se necessário colocar em evidência a segregação étnico e racial do processo, para além dos conflitos de classes, onde indígenas e quilombolas, cumprem dupla missão nas arenas de poder, como classe e pelo caráter étnico racial.

Nesta direção em iluminar o componente étnico racial da luta de classes no campo, empreendem reflexões Ianni (1978) e Fernandes (1989). Ao geografar as lutas do campo, Oliveira (1994) segue linha interpretativa semelhante, quando adverte que as marcas da racionalidade do desenvolvimento exógeno imposto à Amazônia possuem a marca do genocídio indígena.

Ao seguir horizonte equivalente Moraes (2001, p.109-110) esclarece que:

> "no Brasil já existia a prática da escravidão indígena desde os primórdios da colonização. A montagem dos engenhos era feita com escravos indígenas, e houve toda uma expansão para oeste e para o sul, em busca de índios para escravizar, uma expansão basicamente com essa motivação: índios para alimentar a nascente dinâmica indústria do açúcar".

No Brasil, tal processo reforçou os pilares do modelo da propriedade da terra, onde o sistema de sesmarias (pervertido da matriz ibérica) e a Lei de Terras (1850) materializam a exclusão dos escravos "libertos", e mesmo do "braço livre" do migrante pobre que viria a integrar a cadeia produtiva do latifúndio cafeeiro do estado de São Paulo, manifesta Martins (2013) em Cativeiro da Terra.

> [...] a Lei instituiu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também do pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. O país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovidos de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra, (Martins, 2017, p. 09).

Ainda sobre o modelo baseado no cativeiro da terra, marcado pela coerção do homem livre, conferiu ao país uma estrutura de matriz concentracionista, onde Martins

compreende que “se a terra fosse livre, o trabalho tinha de ser escravo; e que se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje”, (2013, p.10).

Ianni (1978) ao interpretar sobre a escravidão e o racismo no Brasil alerta para o paradoxo do processo capitalista em sua fase mercantil, e, afirma que enquanto na Europa o trabalho livre se consolidava, no Novo Mundo, o compulsório se expandia, este a colaborar com a produção de excedente para o capitalismo central. O sociólogo uspiano argumenta que foi o capital comercial a força geradora para conformação das formações sociais construídas nas colônias do Novo Mundo, e por desdobramento, uma intensa acumulação de capital nos países metropolitanos, em particular na Inglaterra, um dos centros do mercado de africanos escravizados.

Segundo o autor, (1978, p. 04)

> [...] o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravidão, aberta ou disfarçada. Ocorre que a acumulação primitiva foi um processo de âmbito estrutural e internacional gerado por dentro do mercantilismo. [...] Convém lembrar que a categoria acumulação primitiva envolve um conjunto de transformações revolucionárias, a partir das quais se torna possível o desenvolvimento capitalista.

Antagônico ao processo nacional, na escravidão estadunidense, os negros libertos puderam acessar a terra sem ônus. Aqui ocorreu o contrário, como acentua o sociólogo. O fato desnuda o caráter racista e de classe no processo de exclusão e marginalização dos africanos subalternizados pela coerção no processo de luta pela terra no país. Processo de caráter estrutural da concentração e o monopólio da terra, bem como do racismo, em sentido contínuo, como se verifica mesmo na República, esta entrecortada por experiências autoritárias.

Apesar da situação estrutural, registre-se, em todos os momentos históricos da conformação do país ocorreram atos de insurreição contra o *status quo* e as condições de subordinação imposta ao trabalhador e ao povo negro e outras categorias. Compreende-se que o acumulo destas lutas ocorridas em diferentes frentes, como da ação direta da aquilombação, produção de conteúdos, como é o caso de boletins e jornais, como o fez o cônego Batista Campos, - um dos idealizadores da Cabanagem -, e ainda inúmeros escritores e escritoras negras na transição do regime escravocrata para

a República, a exemplo de Maria Firmina, José de Nascimento Moraes, Lima Barreto, o surgimento do samba urbano abrigado nos terreiros da religiosidade africana, desdobra-se em outras ações como a construção de várias instituições em defesa do povo negro, na nascente República, erguida sobre os pilares mais profundos da cultura do privilégio. Um outro elemento de permanência em nossa corrente história.

No Brasil, nos anos de 1980, após mais de duas décadas de ditadura civil-militar, entre tantas frentes de reorganização sociais com vistas a ter assegurados direitos fundamentais na Carta Magna, indígenas e quilombolas, em certa medida afrontaram as cercas do latifúndio, e tiveram algumas demandas reconhecidas. Contudo, Oliveira (1994) polemiza a questão ao apontar que tais "avanços' pelo reconhecimento das delimitações das reservas indígenas, avalia-as como prisões, posto a cosmologia dos povos indígenas ser indiferente ao aspecto de limites fronteiriços. Neste sentido as reservas representariam uma amarra dentro do espaço tempo do capital. De acordo com o autor, "As "reservas" indígenas, frações de território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas para não serem respeitadas", Oliveira (1994, p.16).

É correto que cada sujeito que integra a sociodiversidade da região possui suas especificidades, dinâmicas de uso e jurisdição da definição do território, representatividade política, formas de organização política, social e cultural diferentes, no entanto, os referencio aqui no sentido em relacionar que com o avanço da fronteira do capital, que atinge a todos, e contraditoriamente, os une na defesa de seus territórios em ações articuladas em redes, em oposição ao adversário comum, o capital encarnado pela grande empresa.

A Condição Colonial da Amazônia no Xadrez da Geopolítica

A ética de conquistas das Américas estabeleceu alguns parâmetros de percepção sobre a Amazônia. Eldorado e Paraíso são dois deles. O primeiro tem relação com as riquezas locais, e a segunda com a exuberante natureza. Estas angulações perceptivas existem desde as narrativas dos primeiros viajantes sobre o novo mundo, eles constam em relatos de naturalistas, de aventureiros, de comerciantes, de ensaístas e de religiosos, sendo o mais célebre o de Gaspar de Carvajal.

Os recortes sobre as várias realidades existentes na Amazônia, desde os anos coloniais são reatualizados pelos planos de governo. Neles a natureza e os povos da floresta são tratados como um empecilho aos projetos de "desenvolvimento", uma representação do atraso, e que por conta disso devem ser superadas e subjugadas à lógica e à racionalidade hegemônica. Neste sentido, vale sublinhar o princípio orientador da integração física da região durante a ditadura civil-militar (1964-1985)[2], cujo apelo residia em considerar a mesma um "vazio demográfico". "Esvaziada" de suas gentes, é a região apenas natureza, sendo assim, uma fonte de riquezas inesgotáveis a serem subordinadas aos interesses "modernizantes e civilizatórios".

Sobre as ideias centrais que orientaram/orientam na formulação de políticas *sobre* e *para* a região, Porto-Gonçalves (2017, p.25) sinaliza quatro horizontes de percepção: "i - Amazônia como natureza prístina; ii - Amazônia como vazio demográfico; iii – Amazônia como "reserva" e fonte inesgotável de recursos; iv – Amazônia como região do futuro".

Pereira (2016, p.43) defende que a Amazônia constitui uma questão geopolítica a ser enfrentada pelo Estado brasileiro:

> A questão amazônica, mais que a nordestina, configura-se como uma questão territorial, ou melhor, uma questão geopolítica para o Estado brasileiro, principalmente a partir de sua incorporação política ao Brasil independente da metrópole portuguesa e, mais efetivamente, após meados do século XX. As primeiras relações entre o Brasil (Império) e a Amazônia são marcadas pela imposição e pela violência.

Pereira (2016) toma como norte as análises de Mignolo e Lander, ao explicitar os diversos discursos construídos sobre a Amazônia, a partir das variadas matrizes (naturalistas, ensaístas, aventureiros, religiosos, historiadores e literatos) sublinha que em linhas gerais, os mesmos replicam uma matriz orientada a partir da colonialidade, onde predominam as concepções do "imaginário moderno-colonial". Uma matriz eurocêntrica e da colonialidade do saber.

Por sua vez, Porto-Gonçalves (2017, p. 24), na mesma toada interpretativa taxa que:

[2] Sobre o conceito ver FICO, C. **Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004, p. 29-60.

> Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não visões *da* Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas.

Tem-se ainda as noções da Amazônia como um todo homogêneo, Eldorado, uma dádiva divina. Arbex Jr (2005) ao refletir sobre a condição colonial evidencia ainda o papel diplomático cumprido sob os presságios da construção da fabulosa natureza da Ilha Brasil, "uma suposta unidade ecológica formada por um todo de florestas, bacias hidrográficas e acidentes geográficos". Uma dádiva divina. E, assim, Lisboa legitimou a posse sobre o novo mundo nas páginas do Tratado de Tordesilhas.

Passados mais de cem anos da República, sob os auspícios da ideologia desenvolvimentista, que tem orientado governos tanto à esquerda, quanto à direita, a Amazônia tem sido compreendida como um todo homogêneo A leitura homogeneizante sobre a região se mantém ainda nos dias atuais, apesar das diferentes conformações físicas, geológicas, e das gentes que aqui habitam.

Porto Gonçalves (2017, p.26) sobre a construção simbólica da região como vazio demográfico, adverte:

> Essas visões subsidiam políticas que silenciam/invisibilizam esses povos/etnias/nacionalidades, assim como as comunidades negras quilombolas/*pallenqueras* e camponesas (ribeirinhos, seringueiros, castanheiros etc.) que ali habitam numa larga trajetória de ocupação da região e seu acervo de conhecimentos produzido durante esses 17 mil anos.

O mesmo autor ao interpretar o processo de colonialidade da Amazônia, sob a angulação que separa homem da natureza e legitima a posse a partir do modelo eurocêntrico, reflete que, idem (2017, p.28):

> Afinal, vivemos sob o paradigma que separa Natureza, de um lado, e Homem/Cultura de outro, enfim, que dá sustentação ao sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal onde um lado é Ativo – o Homem, varão-branco-burguês, europeu – e o outro Passivo, a Natureza/a Mulher/o trabalhador manual/não branco-negro-indígena. Já estamos devidamente preparados para aceitar essa disposição dos entes como se fora natural. Eis a colonialidade do saber e do poder (Edgardo Lander e Anibal Quijano).

As disputas tecidas sobre as riquezas da Amazônia do Brasil mobilizam inúmeras redes em diferentes escalas (local, regional, estadual, inter-regional, nacional e mundial) "[...] sabendo que as escalas são atravessadas e constituídas por relações sociais e de poder", Porto Gonçalves, (2017, p.14). Angulação essencial para a reflexão aqui empreendida.

As presentes disputas colocam em oposição grandes corporações do mercado de *commodities*, agências multilaterais, Estado, e as populações ancestrais, que conformam uma vasta sociodiversidade, e promovem a geração do "espaço geográfico como acumulação desigual de tempos", aos moldes de análises de Raffestin (1993).

Ratificando, neste cenário, a inserção econômica tardia e subordinada ao resto do país e ao mundo, nos anos 1960 do século passado, alterou o padrão de ocupação sociogeográfico antes marcado pela dinâmica dos rios, florestas e várzea, para estradas e a terra firme, adverte Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre outros autores. O que modificou de forma abissal as feições espaciais, temporais, econômicas, políticas, culturais e sociais da Amazônia.

Amazônia: geopolítica, politicas desenvolvimentistas e conflitos

Como dito anteriormente, no cenário de disputas da geopolítica mundial, a Amazônia tem ocupado o papel de uma imensa província de estoques de riquezas naturais. Nesta toada, a região foi integrada de forma subordinada aos interesses dos principais centros econômicos e políticos, dentro e fora do país. Na interpretação de Becker (2005), a Amazônia é considerada a última periferia de expansão do capitalismo. Tem sido assim desde as experiências dos períodos econômicos iniciais da exploração das drogas do sertão – até o período do fim do século XIX e início do século XX, momento marcado pelo extrativismo da borracha (*hevea brasilensis).*

Até o momento, a condição subalternização desconhece distensão significativa, apesar de inúmeras ações e enfrentamentos pelo reconhecimento político, econômico e social do complexo e diversificado campesinato amazônico, em particular, a partir da década de 1980, com a reorganização das forças políticas do campo popular, e o surgimento de novos sujeitos políticos, como a mobilização dos seringueiros do Acre. Neste momento é possível pontuar fatores relevantes, como a Constituição de 1988, que assegurou alguns direitos às populações locais, entre elas, indígenas, quilombolas e

extrativistas, onde a experiência da implantação das Reservas Extrativistas (Resexs) representa uma inflexão e marco no debate de reforma agrária para a região, a partir dos sujeitos colocados em situação de subordinação.

Cumpre sublinhar sobre o presente contexto, que o Estado se encontrava pressionado tanto pela sociedade civil nacional, que após duas décadas de ditadura civil-militar (1964-1985) busca e organiza a amplificação da democracia mediante a reorganização de inúmeras entidades de representação da classe trabalhadora a partir do acesso a direitos; ao mesmo tempo em que é constrangido pela economia mundial a implantar métodos gerenciais da administração privada, receituário imposto que invoca o Estado mínimo, a partir da racionalidade da nova fase de acumulação do capital.

No que se refere à agenda política da integração subordinada da região, esse processo avança com os primeiros desenhos do planejamento estatal dos anos Vargas (Marcha para o Oeste), e com maior musculatura no contexto da II Grande Guerra, a partir do pacto de Washington. Posteriormente, numa lógica mais sistemática, aprofunda-se o processo a partir de uma tecnocracia conservadora (desenvolvimento e segurança), e pela política de integração física via rodovias da ditadura. Um projeto inspirado em polos de desenvolvimento, entre eles o Poloamazônia, projetos recortados espacialmente a partir da escala da Amazônia Legal, uma categoria administrativa criada no período. A presente opção redefine a dinâmica da colonização, antes realizada a partir da equação: rio-várzea-floresta, para a dinâmica terra firme- floresta- subsolo, Porto Gonçalves (2001), como já realçado neste trabalho.

Sobre as inúmeras propostas desenvolvimentistas e de colonização para a Amazônia, Oliveira (1995, p.11) pontua

> Em função da importância econômica e estratégica dessa região, muitos têm sido os projetos internacionais para mundializá-la. O Projeto dos Grandes Lagos do Hudson Institute, ou Projeto Carretera Marginal de la Selva estão entre muitos outros propostos para a região. Em 1978 com vistas a tentar uma unificação política e definição de objetivos de exploração da região foi criado o Pacto Amazônico.

Ressalte-se, ainda, que as políticas geradas no período da ditadura exerceram papel estruturante sobre os territórios da Amazônia. O planejamento estatal obedecia à régua e ao compasso da tecnocracia-economicista, e a uma visão geopolítica-militar do desenvolvimento nacional, pautada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND)

e nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), como já atestado em diversos estudos, entre eles, os realizados por Ianni (1979), Martins (1993), Coelho (1997), Hébette (2004), Oliveira (1995) e Porto-Gonçalves (2001, 2017).

Sobre o tema a bibliografia é vasta, onde é possível compreender que a integração priorizada a partir das rodovias promoveu uma urbanização frenética da Amazônia, disparou um mercado de terras, a militarização da região a partir de instalação de novas institucionalidades (Amazônia Legal), a instalação de quartéis e instituições aos moldes do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat) e do Grupo de Executivo de Terras Baixo Amazonas (Gebam), subordinados ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), e por consequência, uma violência estrutural contra as classes sociais subalternizadas. A ordem era ocupar o "vazio demográfico" a partir da colonização induzida ou espontânea. Os Projetos Integrados de Colonização (PICs) representam tal angulação, onde os desdobramentos foi a grilagem de terras, como atestam investigações de Ariovaldo Umbelino no estado do Mato Grosso, entre outras possibilidades.

Oliveira (1995, p.11) ao inventariar as experiências de políticas implantadas desde o governo de Getúlio Vargas, indica entre os planos e institucionalidades:

> O Brasil, por sua vez, para direcionar e coordenar os planos governamentais para a região, criou em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. Como se vê, a criação da SPVEA foi, também, mais um ato de política "nacionalista" do período populista de Vargas, seguramente influenciado pela fração "nacionalista" das Forças Amadas. Coube, entretanto, ao governo militar de Castelo Branco, 1966, a tarefa de transformá-la em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criando para efeito de ação governamental a chamada Amazônia Legal, somando aos 3,5 milhões de km² da região Norte, as áreas ao norte do paralelo 16º S do estado do Mato Grosso e do paralelo 13ºS do estado do Goiás, além da área a oeste do meridiano 44ºW do estado do Maranhão. Isto significou a incorporação de mais de 1,4 milhões de km², elevando a área total para cerca de 5 milhões de km². Cabe esclarecer aqui que com a divisão do estado do Mato Grosso (lei de 1977 implantada a partir de 1979), a parte mato-grossense na Amazônia Legal foi alterada, passando a englobar toda a superfície do novo estado.

Nesta contraditória incorporação da Amazônia, o Programa Grande Carajás (PGC) ergue-se como um marco no processo de organização do espaço e definição do território. No controverso mega-projeto, atuam Estado e iniciativa privada. Sob um contexto de avanço de uma nova etapa do processo de produção capitalista, que tem

conferido às empresas multinacionais e transnacionais a hegemonia. Becker (1991) enfoca o aspecto autoritário do programa, no entanto, ressalta o papel estratégico do mesmo na construção de um projeto nacional. A presente análise da geografa desnuda a sua simpatia ao desenvolvimentismo promovido pelo estado de exceção. Opção externalizada em outros artigos.

A geógrafa ao refletir sobre a gestão do território de Carajás desvenda a essência logística dos grandes projetos associados à nova ordem científico-tecnológica. Ela sentencia que Carajás é um segmento localizado de um conjunto de escala planetária, um espaço transnacional em construção [...] Os conflitos e contradições locais e o caráter da gestão da Companhia, autônoma e baseada no saber técnico-científico, traduzem-se em dispositivos de controle que fecham o território de Carajás, transformando-o em verdadeira cidadela (BECKER, 1991, p.339-340).

Espacialmente o PGC não se restringe ao sudeste paraense, com a exploração mineral e a edificação da ferrovia de Carajás. Ela alcança São Luís com a viabilização de portos, corta vilas camponesas, comunidades quilombolas e terras indígenas dos estados do Maranhão e do Pará. O desenho do PGC alcança a região do Trombetas, no Baixo Amazonas paraense, com vistas a explorar da bauxita, que irá alimentar a planta industrial da Alcoa em São Luís. Edifica um mapa de saque às riquezas do lugar, e, consequentemente, de conflitos de toda ordem.

No caso do Trombetas, a expropriação promovida pelo grande projeto atinge em cheio as comunidades de remanescentes de quilombos, que ao lado de outras comunidades dos municípios de Óbidos, Alenquer e Santarém irão protagonizar, com vários mediadores, a partir de 1988, inúmeros encontros com vistas a organizar um front de resistência e enfrentamento em defesa de seus territórios. E, mais recentemente, têm forjado Protocolo Consulta. Uma ação no campo jurídico como recurso de defesa de seus territórios. Iniciativa mobilizada a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como, a autodemarcação dos povos indígenas.

É histórico: os planos de desenvolvimento têm consolidado a Amazônia como uma fonte exportadora de matérias primas, ou no máximo, semielaborados e energia. Um *lócus* exportador de ***commodities*** (mercadorias). Todos esses processos de pressão sobre os territórios e as riquezas ocorrem num ambiente considerado de caos fundiário,

este, um elemento estruturante e um dos problemas mais graves e motivador de inúmeras situações de conflitos na Amazônia, onde tem predominado o expediente da grilagem de terras, em detrimento da posse dos históricos habitantes da região. E, ainda, execuções de dirigentes sindicais, defensores de direitos humanos e do meio ambiente e chacinas de camponeses. O que consagrou o Pará no mundo com um dos estados mais violentos no processo de luta pela terra.

A grilagem de terras tem sido um dos principais expedientes usados para a apropriação criminosa de terras púbicas na Amazônia. O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil (1999) e as obras de Oliveira (1988, 1995), Grilagem de Terras Públicas na Amazônia Brasileira, obra do IPAM (2006), contribuições de Girolando Trecanni e Eder Benatti, Marcelo Terence, dentre outras fontes, atestam a tese de caos fundiário, e quando ocorre a normatização pelo Estado, é comum a sobreposição territorial, onde encontramos sobrepostos projetos de assentamentos rurais sobre UCs, Territórios Indígenas, Territórios Quilombolas. No caso de grilagem de terras, um dos casos clássicos mais escandalosos do período ditatorial recai sobre o Projeto Jari, localizado no Baixo Amazonas, paraense, no município de Almeirim, fronteira com o estado do Amapá.

Os casos se sucedem, a exemplo do grileiro Ezequiel Antônio Castanha, preso pela Polícia Federal em 2015, por grilar terras, desmatamento e comercio ilegal de madeira nos municípios de Novo Progreso, Itaituba e Altamira, bem como o empresário paraense que fez fortuna durante a ditadura no estado do Paraná, Cecílio do Rego Almeida, do Grupo CR Almeida, que grilou 6 milhões de hectares na cidade de Altamira, e ainda, o “fantasma” Carlos Medeiros, que chegou a acumular 167 títulos de terra irregulares em dez municípios do estado, que somam 1,8 milhões de hectares. Todos os títulos estão bloqueados. O caso ficou tratado como fantasma pelo fato da pessoa nunca ter aparecido presencialmente em nenhum momento de oitivas judiciais, onde sempre era representada por advogados.

Reportagem publicada na Revista Sem Terra, sobre a presença do Banco Opportunity, de Daniel Dantas, no sudeste do estado, sublinhava que 6.102 títulos de terra registrados nos cartórios estaduais possuem irregularidades. Somados, os papéis

representam mais de 110 milhões de hectares, quase um Pará a mais, em áreas possivelmente griladas. Os dados resultam de três anos de pesquisa dos órgãos ligados à questão fundiária no estado, através da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (Tribunal de Justiça, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia Geral da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra e a Federação da Agricultura do Estado do Pará). O documento foi apresentado em 30 de abril de 2009 no auditório do Ministério Público Federal (MPF)

Conforme o site do MPF, a magnitude dos problemas nos registros – que abrangem de fraudes evidentes a “erros” de escriturários - levou a um pedido, dirigido à Corregedoria do Interior do Tribunal de Justiça, para que iniciasse imediatamente o cancelamento administrativo de todos os títulos irregulares, já bloqueados por medida do próprio TJ. A desembargadora Maria Rita Lima Xavier, corregedora do interior, negou a demanda em março do mesmo ano.

O cancelamento dos títulos vai evitar a criação de seis mil processos para o cancelamento dos títulos que podem durar infinitos anos no tribunal já sobrecarregado. Com o indeferimento da desembargadora Maria Rita Lima Xavier, a comissão recorreu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que o mesmo defira pelo cancelamento dos títulos falsos.

Felício Pontes Jr, procurador da República e representante do MPF na comissão, argumenta que os indícios de fraude são evidentes demais para ficarem esperando processo judicial. O pedido de cancelamento dos títulos é subscrito pelo Ministério Público do Estado, Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e foi enviado ao CNJ através dos Correios no mesmo dia de apresentação dos dados. Sobre a conjuntura da grilagem, quando o Estado toma iniciativa em tentar interferir, tem sido no sentido em “regularizar” o crime. Assim atestam inúmeras críticas sobre as iniciativas do Programa Terra Legal e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que muitas das vezes, contraditoriamente, contam o apoio mesmo de setores do campo popular.

Seria a ideia de caos fundiário um elemento fundamental, estruturante e estratégico para o avanço do capital?

É sobre este ambiente de "caos" fundiário que as políticas desenvolvimentistas são estabelecidas, e mesmo criminosos são beneficiados com financiamento público. Trata-se de um drama/trama marcado pelo saque, pela pilhagem, pela grilagem e violências. Oliveira (1995, p.15), ao analisar os processos de expropriação, apropriação e conflitos na região indica que:

> [...] o "grande mago" dessa filosofia de internacionalização da economia brasileira – Delfim Netto – não cansou de repetir: "Exportar é que o importa". Como se sabe, o eco dessa frase fascinou a burguesia nacional, soldou sua aliança com o grande monopólio internacional e abriu caminho para santificar as estatais voltadas para os setores da exportação mineral, sobretudo aliando interesses a geopolítica, mundializado através dos Estados Unidos, e o "falso" nacionalismo nacional.

No entanto, ao contrário dos planos desenvolvimentistas orientados a partir da construção simbólica da região como um vazio demográfico, a floresta é um mundo de gente, olhares, saberes, cores, cheiros e histórias de (re)existências. A abundância em riquezas florestais, minerais e hídricas a torna alvo dos mais diferentes interesses nas dimensões: econômica, social, política, ambiental e simbólica, onde tem predominado o direito à propriedade privada da terra em detrimento da posse ancestral.

Apesar da abissal assimetria entre os sujeitos que operam nas diferentes arenas, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais, os sujeitos colocados em condições de subalternização promovem ações de enfrentamento e defesa territorial. Eles operam a partir de redes em diferentes escalas (local, estadual, regional, continental e mundial), em sua maioria das vezes, a mobilizar a bandeira ambiental e da identidade como elemento político.

Por outro lado, frações da elite local e grandes corporações do mercado mundial dos setores de grãos, infraestrutura, mineração, tais como: Cargil, Dreyfus, Jari, Bunge, Alcoa, Vale, Belo Sun, Norsk Hidro, Anglo, Xtrata, Odebrecht, Camargo Correa, Odebrecht, OAS, Tractebel Suez e o grupo Amaggi empreendem ações políticas,

jurídicas, publicitárias, de cooptação e de violências na direção em expropriar aqueles acima mencionados.

A Amazônia constitui-se em uma arena de diferentes embates. Nestas arenas de disputas pelo território, as riquezas, construção de sentidos e a visão de mundo, as classes subalternizadas locais têm sido enquadradas como incapazes ou cidadãos de segunda categoria. Assim, invisibilizadas ou tratadas como inaptas à dinâmica do modo de produção capitalista, legitima-se a "conquista". Trata-se dos povos das águas [doces e salgadas] e florestas. Ao se desqualificar o colonizado, legitima-se o domínio do colonizador.

Tese do professor Manuel Dutra (2005) busca iluminar a construção simbólica sobre os povos "colonizados". Ao interpretar a relação colonizador-colonizado Dutra (2005) sublinha que somente ao primeiro cabe o exercício do poder, onde o discurso do colonizador busca tornar iguais, o que chegou e o que aqui habita. E, ainda, intenta aplainar as diferenças e legitimar a ocupação do solo e a posse das riquezas locais.

Pesa a herança colonial, onde possui relevo situações de permanências, onde possuem destaque a acumulação primitiva, o Estado autoritário, o monopólio da terra, o racismo, toda ordem de violências e a cultura do privilégio em oposição à universalização do direito e a lógica de desenvolvimento exógeno.

Amazônias. Rios de gentes. Pororocas de enfrentamentos. Muitos marcados por sangue e impunidade. Apesar de todas as barreiras e diques, em fóruns recentes, tem sido recorrente uma máxima, "Nada sobre nós, sem nós!"

Bibliografia

ALMEIDA, Rogerio. **Luta pela terra na Amazônia: Dantas, Mutran e afins**. Revista Sem Terra. Ano XII, maio/junho, edição 50, 2009.

ARBEX, Jose Junior. **"TERRA SEM POVO", CRIME SEM CASTIGO: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia.** In. TOREES, Maurício (org). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p.21-66

BECKER, B. **Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás.** In. LÉNA, Philippe e OLIVERIA, Adélia E (orgs.). **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1991. p. 333-351.
----------Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

---------- **A Geografia e o Resgate da Geopolítica.** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v. 2, N.1, p. 117-150, 2012

.....**Geopolitica na Virada no Milênio: logística e desenvolvimento sustentável**. In CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org). Geografia: Conceitos e Temas. Bertran Brasil. Rio de Janeiro, 2017. p.271-308

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** Editora Xamã, São Paulo, 1996

COELHO, M.C. **A CVRD e o Processo de (RE) Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará)**. In: COELHO, M.C. & COTA, R. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. UFPA/ NAEA,1997, p.51-78

DUTRA, M. **A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiterações dos discursos sobre a natureza**. Tese. Universidade Federal do Pará/NAEA, 2005

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978

HARVEY, David. The new imperialism: accumulation by dispossession. In: Socialist Register, v.40, The New Imperial Challenge, 2004, p.63-87. Disponível em com/index.php/srv/article/view/5811/2707#.WZ8S8yiGO00>. Acesso em 29 ago 2022.

HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. EDUFPA, Belém, 2004, Vol. III.

IANNI, OCTAVIO**. Escravidão e racismo**. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.

.....**A luta pela terra**: **história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis, Vozes. 1979.

.....A sociologia no século XXI, Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, v-18, n.º 1/2, jun/dez,1995.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do Estranho**, USP, 1993

..... **O Cativeiro da Terra** [9ª edição]. Editora Contexto, São Paulo, 2013

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. GEOGRAFARES, Vitória, Nº 2, jun. 2001. p. 105-112

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas do Campo**. São Paulo, Contexto, 1994.

.....**Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas – SP, Papirus, [5ªedição] 1995.

----------**Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In. O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social.** OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (org). Casa Amarela, São Paulo, 2004, p-29-70

.....**BR 163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** In. TORRES, Maurício (org). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p.67-185

----------**Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta.** p.28-42. Conflitos no Campo/Relatório da Comissão Pastoral da Terra/CPT, Goiânia, 2015.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **Ensaios de Amazônia**. UFF, Niterói/RJ, 2016

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

----------**A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social da Natureza e Reinvenção dos Territórios.** R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012

----------**Amazônia- encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2017

---------- **Geografia e Natureza: Entre Ciência, Saberes e Política, a Reapropriação Social da Natureza.** p. 19 – 42. *In* Perspectivas de Natureza-epistemologia, negócios de natureza e América Latina, VOL II. MARQUES, Marta Inez Medeiros et al. Annablume, São Paulo, 2018

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense. São Paulo, 1963

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000

SOBRE O AUTOR

Rogério Almeida. Universidade Federal do Oeste do Pará. Email: furopa2008@gmail.com